

Missão técnica do BC vai aos EUA para elaborar protocolo do acordo

por Claudia Safatle
de Brasília

Seguiu ontem à noite para Nova York uma missão técnica do Banco Central e do Ministério da Economia, para iniciar, junto ao comitê de bancos credores, a elaboração do protocolo ("term-sheet") do acordo sobre os juros atrasados que, juntamente com o pagamento de 30% dos juros vencidos este ano, totalizaria cerca de US\$ 3,2 bilhões (sendo US\$ 2 bilhões de atrasados mais US\$ 1,2 bilhão, caso não haja negociação sobre a dívida de médio e longo prazo, concluída este ano, e o governo brasileiro estenda até dezembro o esquema de pagamentos correspondentes a 30% dos juros).

O embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida brasileira, disse a este jornal que se incorporará a missão no momento necessário, já que se trata de um documento "técnico e juridicamente complexo". Somente encerrada essa etapa é que ele retomará os contatos com o comitê de bancos para iniciar o acordo sobre a dívida de médio e longo prazo. Não necessariamente, essa retomada das conversações com os bancos comerciais deverá ser precedida de um acordo ou um

signal do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dauster não atribuiu importância ao documento do Interagency International Exposure Review Committee (Iercr), publicado num jornal paulista, ontem, onde em 34 linhas critica o ajuste fiscal promovido pelo governo brasileiro, no ano passado, cujo superávit de 0,5% (na verdade, foi de 1,2% do PIB em termos operacionais) teria sido realizado de forma "inadequada" — obtido pelo não pagamento dos juros das dívidas interna e externa e pelo regime de taxaçaõ da riqueza.

"Não li e não sei se mereça ser lido", comentou o embaixador a este jornal. Ao mesmo tempo que o Iercr elevou de 20% para 40% as reservas compulsórias dos bancos norte-americanos relativas a empréstimos feitos ao Brasil (elevou a Argentina de 60% para 70% na mesma ocasião), segundo o embaixador, o Iercr melhorou a classificação dos créditos referentes às linhas de curto prazo, passando de "substandard" (abaixo do padrão) para "others transfer risks", que seria uma escala abaixo da classificação feita aos créditos fornecidos a países industrializados. Isso significaria, gros-

so modo, que o Iercr — órgão que cuida da saúde dos bancos norte-americanos — considera bom o cadastro dos tomadores privados de financiamentos, e ruim os devedores do setor público brasileiro.

CONDIÇÕES

Segundo o embaixador Dauster, todas as condições estão estáveis para a liberação do aporte compulsório das linhas de curto prazo (comerciais e interbancárias), que a partir do dia 30 próximo tornar-se-ão voluntárias. Na verdade, as linhas de curto prazo não vinham obedecendo aos compromissos firmados em acordos de refinanciamento da dívida externa passados.

Ele informou que a oferta de linhas de curto prazo, depois de firmado o acordo sobre os atrasados, melhorou e há operações sendo realizadas por prazos de até 180 dias, o que era impensável há alguns meses, quando o prazo máximo era de 90 dias, juros pela variação da Libor, comissões chegando à casa dos 5% e "spread" (taxa de risco) de 2% a 3%, conforme fontes do setor bancário.

Ele explicou que os cerca de US\$ 3,2 bilhões que serão pagos aos bancos privados este ano — caso não seja possível concluir uma

negociação sobre a dívida de médio e longo prazo a tempo de alterar o esquema de pagamentos de 30% dos juros vencidos até dezembro — estão totalmente de acordo com os recursos disponíveis dentro do conceito de "capacidade de pagamento", se são recursos que sairão das reservas cambiais, isso não significaria mudanças conceituais na negociação, já que reservas cambiais constituem "capacidade de pagamento que foi represada".

Explicou, também, que o governo brasileiro só estendeu oficialmente os pagamentos dos 30% de juros vencidos sobre a dívida não afetada até o segundo semestre deste ano, por uma razão simples: "se comunicássemos aos bancos que os 30% seriam pagos até dezembro de 1991, isso seria interpretado como desistência do governo brasileiro de conduzir a negociação". Portanto, caso a dívida de médio e longo prazo não seja acertada com os bancos a tempo, permanecerão os pagamentos correspondentes a esse percentual dos vencimentos. Se for, "esse número perde o sentido".

Ele não acompanhará a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, à reunião do FMI.